

O Paradigma Evolucionista e o  
Museu Histórico Nacional

Regina de Abreu

Ainda era tempo de uma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu histórico no qual se pudessem reunir para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de toda a sorte que ele representa.

Os que se preocupam com essas coisas, sabem que no arquivo nacional há a cadeira ou o trono em que o imperador se sentava no senado, um capacete da imperial guarda de honra de D. Pedro I e outras relíquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios; que no Museu Naval estão os canhões do forte do Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas (..)

(Gustavo Barroso apud Dumans, 1947:10)

Em artigo, escrito em 1911 para os jornais, Gustavo Barroso enumerava item por item os objetos que desejava incluir num museu histórico que pretendia criar. Inicialmente, seu objetivo era um museu militar e argumentava a seu favor que “todas as nações têm seus museus militares, guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas”. Citava o exemplo da França e da Espanha, associando a categoria “nação” à idéia de civilização. Esta tese de um museu militar era uma decorrência do papel por ele atribuído ao Exército num projeto da nação civilizada e moderna. Segundo Barroso, “num país como o nosso de origem e formação tumultuárias”, o Exército seria como uma “Ordem Permanente”, representando “uma muralha de sustentamento e uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continuidade da vida nacional”. (Barroso, 1942:415)

Contida na afirmação “nossa origem e formação tumultuárias” vinculava-se uma ideologia muito difundida no final do século XIX e presente ainda no século XX, de que a mistura de três raças (negra, indígena e branca) estaria na base da identidade nacional no caso brasileiro. Essa mistura teria gerado um tipo racial híbrido com dificuldades inatas para atingir a civilização. As fontes teóricas desta ideologia podem ser encontradas nos evolucionistas, principalmente em suas vertentes racistas, expressas por autores europeus como o Conde de Gobineau que serviu no

Brasil como embaixador no segundo império, Buckle e Couty, e também por teóricos norte-americanos como Louis Agassiz da Universidade Harvard. Todos eles fizeram referências expressas ao Brasil e foram bastante influentes entre as elites intelectuais metropolitanas.

O antropólogo Roberto da Matta procurou desvendar alguns dos pressupostos desta ideologia. Segundo ele, as raízes “eruditas” nasceram na Europa do século XVIII, na crise da Revolução Francesa. Inicialmente, formavam “uma doutrina que trabalhava uma história heróica do povo francês, uma concepção segundo a qual os nobres compunham uma parcela alienígena e forte, e assim, destinada pelo nascimento e origem ao poder”. No século XIX, estas idéias foram formuladas a nível de “teorias cientificamente respeitadas” e apareceram como um instrumento de imperialismo e como uma justificativa “natural” para a supremacia dos povos da Europa Ocidental sobre o resto do mundo”. (Da Matta, 1983:58-85)

O evolucionismo fundava-se em dois conceitos chaves: “progresso” e “civilização”. Partia-se da idéia de que haveria uma história única para toda a humanidade que implicava numa evolução permanente. Alguns autores mencionavam os estágios relativos a essa história: selvageria, barbárie, civilização. Tecendo comparações, procuravam demonstrar que o estágio mais civilizado havia sido atingido pelas elites metropolitanas da Europa e que muitos povos estavam ainda nos estágios antecedentes. Atribuía-se como função para as elites civilizadas, fazer progredir o resto da humanidade. Assim, a Europa, através de suas elites, assumia um papel de “vanguarda do progresso e da civilização” difundindo amplamente esses ideais.

As vertentes racistas do evolucionismo tomavam as raças, definidas por fatores biológicos, como espécies altamente diferenciadas. A cada uma correspondiam tendências específicas, irreversíveis já que determinadas por características naturais. Assim, para brancos, negros e índios correspondiam estágios possíveis na história da humanidade. Estes teóricos atribuía-se à raça branca uma superioridade natural que jamais poderia ser ultrapassada. Enunciavam uma teoria determinista, onde os componentes biológicos estariam na base do progresso social. O Conde de Gobineau estabeleceu, por exemplo, em seu livro **A Diversidade Moral e Intelectual das Raças**, uma equação de equivalência entre as noções “raça”, “cultura”, “nação” e “tribo”. O esquema estabelecia caracteres inatos para as “raças humanas” classificadas de “negra”, “amarela” e “branca”, a partir de descrições referentes às categorias “intelecto”, “propensões animais” e “manifestações morais”. Segundo este esquema, a “raça negra” caracterizava-se por “intelecto débil”, “pro-

pensões animais muito fortes” e “manifestações morais parcialmente latentes”. Já a “raça amarela” compunha-se de “intelecto medíocre”, “propensões animais moderadas” e “manifestações morais comparativamente desenvolvidas”. Por outro lado, a “raça branca” detinha um “intelecto vigoroso”, “propensões animais fortes” e “manifestações morais altamente cultivadas”. (Gobineau, 1856: 95-96)

A problemática central destes autores relacionava-se a mistura das raças. Segundo este modelo, misturas raciais infelizes numa sociedade ou nação poderiam inviabilizar o acesso a estágios mais elevados de civilização. Esta visão levou a que os referidos autores refletissem sobre o Brasil, expressando pessimismo diante do futuro de um país onde a mistura de raças conduziria fatalmente a um tipo indefinido e, portanto, incapaz para o progresso e a civilização.

“Que qualquer um que duvida dos males desta mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro, e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido deficiente em energia física e mental”.

(Agassiz apud Skidmore, 1976:47-48)

A absorção destas teorias no Brasil gerou por um lado, teses, que se difundiram bastante no senso comum, defendendo a inviabilidade no caso brasileiro de um projeto de nação nos moldes das modernas nações européias e norte-americanas. Até hoje é comum ouvir dizer que “no Brasil nada dá certo”, de que “o brasileiro é preguiçoso”, “não quer nada com o trabalho”, enquanto que em países como a Alemanha e o Japão onde teria prevalecido uma pureza racial de maneira acentuada, as nações teriam alcançado o “progresso” e a “civilização”.

Por outro lado, também no Brasil, estas teorias fomentaram algumas vertentes do pensamento conservador, que apregoavam a viabilidade da moderna e civilizada nação brasileira, desde que capitaneada por uma elite coesa e um exército forte.

Gustavo Barroso esteve à frente do Museu Histórico Nacional de 1922, ano de sua fundação, até 1959, com um intervalo de 1930 a 1932. Intelectual bastante ativo chegou a publicar quase uma centena de livros o que lhe valeu a nomeação para a Academia Brasileira

de Letras. No Museu Histórico Nacional, Barroso pode ser considerado o principal ideólogo da Instituição, reunindo em torno de si vários colaboradores que por ingressarem no Museu através de sua rede pessoal de relações facilitaram uma homogeneidade de pensamento. Gustavo Barroso e seus colaboradores iniciaram a publicação de uma revista especializada em temas museológicos, que circulou de 1940 a 1975: os *Anais* do Museu Histórico Nacional. Com regularidade anual, e contendo uma média de 15 artigos assinados por cada número, esta revista constitui excelente fonte do ideário da instituição, notadamente para o período de gestão de Gustavo Barroso, quando o acervo foi constituído, consolidando-se grande parte do projeto do Museu pleiteado pelo próprio Barroso nos jornais em 1911.

Uma análise detalhada dos artigos contidos nos *Anais* sinalizou para a presença de importantes pressupostos evolucionistas. No curto espaço deste artigo selecionei para análise algumas passagens em que os autores focalizaram o papel das elites e do exército num projeto de nação moderna e civilizada que configurava a própria razão de ser do Museu.

Os conservadores do MHN, responsáveis pelos referidos artigos, operavam com conceitos da área de história. Associado à identidade de museu histórico, o MHN estabelecia uma continuidade com a história nacional formulada por agências oficiais. O MHN não era propriamente um lugar de produção da história nacional, mas uma agência oficial destinada à conservação, à legitimação e à veiculação de uma noção de história elaborada em outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por exemplo. Guimarães, em recentes análises sobre o IHGB, chamou atenção para a postura iluminista que presidiu uma reflexão sobre a nação no contexto brasileiro. Segundo o autor, o projeto do IHGB visava produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Isto devia-se à crença na necessidade de esclarecimento das elites, que deveriam ser responsáveis pelo esclarecimentos do resto da sociedade (Guimarães, 1988:6). Através do teor dos artigos dos *Anais* é possível perceber uma tendência em repetir o refrão que atribuía às elites um papel de “vanguardas” no processo civilizatório. O MHN neste sentido fazia eco ao IHGB inscrevendo a gênese da nação brasileira numa tradição de civilização e progresso, onde o retrato da nação surgia como o desdobramento nos trópicos de uma civilização branca européia. Esta representação de nação associada à idéia de civilização retomava o tema das raças, restringindo-se eminentemente aos brancos. Os “outros” desta nação eram, no plano interno, índios e negros, excluídos do processo por não serem portadores da civilização e, no plano

externo, as repúblicas latino-americanas que, durante o segundo reinado, representaram a “barbárie”, legitimando a política externa de guerras e lutas políticas internacionais empreendidas sob a administração de D. Pedro II.

Em termos genéricos, esta representação de nação parece ter se constituído numa espécie de matriz que embasava os artigos dos *Anais*. Havia forte preocupação em frisar o papel de ponta de lança das elites brancas, classificando como menores as contribuições dos índios e dos negros à construção de identidade nacional. Os objetos eram enunciados como testemunho ou provas documentais do ideário. Assim, alguns artigos procuravam associar a “distinção” e o “requinte” de alguns objetos com a “distinção” e o “requinte” das elites metropolitanas nacionais. Procuravam com isso indicar o elevado estágio de civilização que emanava deste grupo social.

“Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que poliram nomes de família. No entanto, nenhum príncipe ou jovem fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente duma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante. (...) As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos (..)”

(Rusins, 1941:220-290)

Numa visão que adotava os preceitos de uma ciência positiva, os objetos recolhidos ao Museu seriam documentos, provas de teses que orientavam a política de aquisição dos objetos. Assim, os conservadores recolhiam objetos associados as elites metropolitanas nacionais, compartilhando a visão de que estas elites configuravam o grupo social legítimo para conduzir a nação ao progresso que o ideal de civilização exigia. O “verdadeiro Museu Histórico Nacional” propugnado por Barroso detinha uma função importante no processo civilizatório. Divulgando uma cultura própria das elites como o modelo adequado de civilização para o conjunto da sociedade, o Museu deveria servir como uma instância de educação e disciplinarização das massas rudes e barulhentas que, em última instância, deveriam ser atraídas para aquela casa da “civilização” e do “bom gosto”. O Museu em si mesmo era visto como o produto do processo civilizatório da história geral da humanidade. Associado à idéia de “civilização”, “congregava objetos preciosos”, pro-

dutos do “desenvolvimento”, das “artes” e da “técnica”, enfim, era sinônimo de “cultura refinada”.

“Um dos principais objetivos dos museus é reconstruir a História do homem sobre a terra. Mostrar como progrediu seu conhecimento do meio em que viveu, como organizou sua vida familiar, como desenvolveu sua arte, suas técnicas, a cultura, enfim - sua civilização. (...) Com a formação das civilizações mais complexas, as ocasiões se multiplicaram de ajuntar objetos preciosos: armas, tecidos, etc. (...) E com o refinamento da cultura chegou finalmente, a fase das coleções (...). As coleções crescendo, traziam o problema de sua localização. Alguns possuidores depois de conservá-las consigo por algum tempo, transferiram-nas às Sociedades Culturais que as divulgavam, em trabalhos de pesquisa criteriosa.”

(Barros, 1952:217-218).

A premissa de uma evolução linear de toda a humanidade tinha implicações sobre o conceito de cultura, entendido como um todo que progredia através dos tempos. O M

O Museu enquanto locus da “cultura refinada” das elites brancas, expressão do progresso nacional com vistas à civilização, abrigava também algumas contribuições menores dos negros e dos índios. Estas inspiravam artigos de conservadores como Menezes Oliva que escreveu “Tentativa de classificação de balangandãs”, onde qualificava os balangandãs como penduricalhos, ou “coleção de ornamentos de prata que as crioulas trazem pendentes a cintura nos dias de festa, principalmente na do Senhor do Bonfim”, ou ainda “artes menores ou artes aplicativas, que mais sobressaíam, entre nós, pela originalidade”. (Oliva, 1941). Com referência aos grupos indígenas, a tendência era uma representação romantizada, visando enfatizar a idéia de harmonia nas relações inter-raciais como garantia para o projeto nacional.

“Sobre um pedestal de sucupira, um grupo de bronze: Anchieta, evangelizando o indígena, como representação simbólica da Catequese, do Evangelho das Selvas (..) contado por Fagundes Varela. Em frente, (...) dois grupos de bronze: Caramurú e Ijuca-Pirama, o primeiro significando o contato do homem branco com a virgem terra brasileira, o segundo, o indígena do país descoberto pelos portugueses. Ambos relembrando (...) Santa Rita Durão e Gonçalves Dias”.

(Gustavo Barroso descrevendo a exposição histórica do Brasil em Portugal, em Barros, 1940)

A representação da nação no discurso dos *Anais* oscilava entre a idéia

de harmonia e a de conflito, ambas decorrentes do amálgama das raças. Tanto num caso quanto no outro, sublinhava-se a superioridade da raça branca e, especialmente, das elites. A metáfora da escrava negra no leito do senhor branco expressava a visão harmoniosa, produzindo uma leitura particular de certos objetos fabricados pelos negros:

“Ali estava a documentação veraz do fastígio da riqueza de outras eras, quando o ouro, após ter invadido as camadas da elite, transbordava para as negras e mulatas, alforriadas ou não, muitas das quais, compartilhando o leito do senhor branco, viviam regaladamente vida de granfina!”

(Oliva, 1941)

Por sua vez, o conflito era encarado como uma ameaça permanente, devido a sua relação direta com o tipo indefinido e híbrido produzido pelas misturas raciais no Brasil. As elites em sua marcha obstinada em direção ao progresso e à civilização deveriam estar preparadas para enfrentar continuamente “índios hostis”, “fanáticos desordeiros”, “quilombolas”:

“As guerras internas precederam no Brasil às externas. Há bastante que aprender nas investidas para penetrar o território e vencer o índio e o meio hostil, guerras de curso e guerras de morte (..) tropas movimentam-se em duas épocas distanciadíssimas para destruir focos de fanatismo e desordem na vastidão dos sertões (..). Bandeiras e terços marcharam contra os quilombos dos Palmares. Divisões e brigadas marcharam contra o arraial de Antônio Conselheiro”.

(Barroso, 1942: 425-426)

Harmonia e conflito significavam os dois lados de uma mesma moeda: a instabilidade da formação nacional brasileira, que Barroso denominava “nossa origem e formação tumultuárias”. A esta instabilidade, Barroso opunha a categoria “tradição” que estaria vinculada à idéia de “estabilidade” e “permanência”. Desse modo, iniciou no Museu Histórico Nacional um trabalho de valorização da nobreza brasileira e do império, enquanto período histórico, retomando a tese de que as elites tradicionais e aristocráticas formariam um grupo coeso e forte, destinado “naturalmente” ao topo da pirâmide social e à condução do processo “civilizatório”. A “tradição” para Barroso devia “ser sagrada”, porque era “a alma duma Pátria”, não podendo “haver pátria sem tradição” (Barroso, 1939:26). Neste contexto, “tradição” equivalia a manutenção de uma ordem estabelecida, onde tudo deveria permanecer imutável.

A fim de garantir esta ordem, o exército emergia como uma “Ordem Permanente”, “uma garantia dos princípios vitais que asseguram a continui-



dade da vida nacional": Baluarte das instituições nacionais, o exército brasileiro no entender de Barroso identificava-se com "a tradição de corpo e de espírito". Tinha para coroá-lo "um verdadeiro herói epônimo do Brasil - Duque de Caxias - (...) grande profissional que (usava) a profissão e o prestígio decorrentes do seu exército vitorioso para realizar a última etapa de uma obra que vinha do bandeirantismo desrespeitador do meridiano: a Unidade Nacional"

(Barroso, 1942:401).

O museu militar idealizado por Barroso acabou não acontecendo. A criação do Museu Histórico Nacional, por decreto presidencial, ao final da exposição internacional de 1922, durante as comemorações do centenário da independência, contribuiu para a ênfase no sentido histórico e nacional da instituição. As exposições universais, que vinham realizando-se desde meados do século XIX, notadamente na Europa e nos Estados Unidos, configuravam um espaço destinado à pregação da paz entre as nações. Além disso, os ecos da 1ª Guerra Mundial haviam arrefecido os ânimos bélicos. Acreditava-se que sob o compasso da indústria e do maquinismo, as nações poderiam relacionar-se numa nova era de paz. Curiosamente o Museu Histórico Nacional foi instalado justamente na área que, durante os festejos da Exposição, havia abrigado o Pavilhão das Grandes Indústrias. Por todos esses motivos, no Museu Histórico Nacional organizado por Barroso, a coleção de Armaria tornou-se uma grande coleção sem contudo ter se constituído na razão de ser do Museu. As reivindicações de Barroso, que geraram extensas listas de objetos que desejava incluir no Museu, foram atendidas pelo próprio Presidente da República Epitácio Pessoa que assinou o decreto de fundação da instituição, por outros presidentes como Getúlio Vargas e por "doadores" particulares, representantes das elites metropolitanas nacionais. Na verdade, todos estes objetos, aparentemente diversos entre si, formavam um conjunto destinado a representar visualmente algumas idéias relativas à história nacional. Idéias que foram cuidadosamente elaboradas por um homem de uma produção intelectual espantosa e que, um dia, assim escreveu:

"Todos nós passamos,  
O Brasil fica.  
Todos nós desaparecemos,  
O Brasil fica.  
O Brasil é eterno.  
E o Exército deve ser o guarda vigilante  
da Eternidade do Brasil."

(Barroso, 1942:431)

## Referências:

- BARROS, Sigrid Porto. A mensagem cultural do Museu. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. XIII*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1952.
- BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar no Brasil. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol III*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1942.
- \_\_\_\_\_, A exposição histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. I*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940.
- \_\_\_\_\_, **Coração de menino**, Rio de Janeiro: Ed. Getúlio M. Costa, 1939.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1983.
- DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. Em: Publicações do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- GOBINEAU, Conde de. **The moral and intellectual diversity of races**. Philadelphia: J.B. Lippincot and Co., 1856.
- OLIVA, Menezes de. Tentativa de Classificação dos Balangandãs. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. II*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1941.
- RUSINS, Alfredo Teodoro. As Carruagens Imperiais do Brasil. Em: *Anais do Museu Histórico Nacional vol. II*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1941.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto e branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.